

Definição de Contratualização Administrativa

Trata-se de movimento de disseminação legislativa, fortemente apoiado pela doutrina, de instrumentos contratuais para uso da Administração Pública nas suas mais diferentes tarefas. Como já vimos, essa é uma das manifestações de outro fenômeno: a Consensualização Administrativa.

Evolução legislativa

- 1993 Lei Geral de Licitações (L. 8.666/93): Trata dos contratos instrumentais.
- 1995 Lei de Concessões (L. 8.987/95): Trata dos contratos de natureza concessória.
- 1998 Lei de Organizações Sociais (L. 9.637/98): Trata de contratos de cooperação.
- 1999 Lei de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (L. 9.790/99): Trata de contratos de cooperação.
- 2000 Leniência (MP 2.055/00): Mecanismo de contratualização no exercício do poder de autoridade da administração pública.
- 2002 Lei do Pregão (L. 10.520/02): Trata dos contratos instrumentais. (Afastada pela nova lei de licitações!)
- 2004 Lei das PPP (L. 11.079/05): Trata dos contratos de natureza concessória.
- 2005 Lei dos Consórcios (L. 11.107/05): Trata de contratos de cooperação.
- 2006 Estatuto das ME e EPP (LC 123/06): Trata dos contratos instrumentais.
- 2010 Lei de contratos de Publicidade Governamental (L. 12.232/10): Trata dos contratos instrumentais.
- 2011 Lei do Regime Diferenciado de Contratação (L. 12.462/11): Trata dos contratos instrumentais. (Afastada em 2021, pela nova lei de licitações.)
- 2013 Lei Anticorrupção (L. 12.846): Mecanismo de contratualização no exercício do poder de autoridade da administração pública.
- 2014 Lei das Organizações da Sociedade Civil (L. 13.019): Trata de contratos de cooperação.
- 2015 Lei de Mediação (L. 13.140/15): Mecanismo de contratualização no exercício do poder de autoridade da administração pública.
- 2016 Lei das Estatais (L. 13.303): Trata dos contratos instrumentais.
- 2018 LINDB (L. 16.655/18): Mecanismo de contratualização no exercício do poder de autoridade da administração pública.
- 2019 Lei de Contrato de Desempenho (L. 13.934/19): Trata de contratos de cooperação. E o antigo contrato de gestão!
- 2020 Lei de Contratos de Facilities (L. 14.011/20): Trata dos contratos instrumentais.
- 2021 Nova Lei de Licitações (L. 14.133/21): Trata dos contratos instrumentais.

Antiga classificação dos contratos da administração

Antes, Contratos da Administração abrangiam os Contratos Administrativos (propriamente ditos) e os Contratos de direito privado utilizados pela Administração (regime predominantemente privado).

Com o surgimento dessas novas leis, surgiram também novas classificações. Hoje, quando falamos em Contratos da Administração, falamos de:

- 1. **Contratos Instrumentais**: São basicamente aqueles contratos regidos pela Lei de Licitações, como obras, serviços, bens, etc.
- 2. **Contratos de cooperação**: Contratos firmados com entidades que têm finalidades comuns, como os convênios, contratos de gestão, parcerias sociais, etc.
- 3. Contratos de concessão: Concessão comum, PPP, etc.
- 4. Acordos no poder de autoridade: Como leniência, compromisso, etc.

Dica de material complementar: Livro "Contrato administrativo", do autor Fernando Dias Menezes de Almeida.